

Exmo. Senhor Presidente
da Câmara Municipal de Chaves

CERTIDÃO PARA EFEITOS DE BENEFÍCIO FISCAL DE ISENÇÃO DE IMT ARTIGO 45.º, DO ESTATUTO DE BENEFÍCIOS FISCAIS

REQUERENTE				
Nome				
Estado Civil				
Idade				
Morada				
Freguesia	Código Postal		Localidade	
N.º Ident. Fiscal	N.º B.I./C.C.		Válido até	
Telefone	Telemóvel		Outro	
E-mail				

Autorizo o envio de notificações por: SMS Correio eletrónico

Na qualidade Proprietário Usufrutário Locatário Superficiário Outro

REPRESENTANTE				
Nome				
N.º Ident. Fiscal	N.º B.I./C.C.		Válido até	

Na qualidade Mandatário Sócio-gerente Administrador Outro

PEDIDO

Ao abrigo do disposto no artigo 45.º, do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e ulteriores alterações (Estatuto dos Benefícios Fiscais - EBF), **vem requerer a V. Exa. a emissão de certidão** comprovativa que o edifício, abaixo identificado, satisfaz os requisitos legais para os seguintes efeitos:

- Isenção de IMT da aquisição de prédio urbano destinado a reabilitação urbanística**, desde que, no prazo de três anos a contar da data de aquisição, o adquirente inicie as respetivas obras - (*alínea b*) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF).
- Isenção de IMT da aquisição de prédio urbano, na primeira transmissão, subsequente à Intervenção de reabilitação**, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente - (*alínea c*) do n.º 2 do artigo 45.º do EBF).

Local		N.º	
Freguesia	Área total (m ²)		
Inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º			
Descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º			



ANTECEDENTES

Não existem antecedentes processuais na Câmara Municipal de Chaves para o local em questão.

Pedido de Informação Prévia – Registo de entrada na C.M.C.

Processo N.º

Alvará ou Comunicação Prévia de Loteamento

Processo N.º

Licença, Autorização ou Comunicação Prévia de Construção

Processo N.º

Obras isentas de controlo prévio municipal

Processo N.º

Outro

Processo N.º

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

O seu pedido deve ser instruído com os elementos abaixo indicados.

Assinale com uma cruz (X) os documentos que junta ao seu processo:

1. Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira faculdade de realização da operação urbanística ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação.

2. Caderneta Predial Urbana (Atualizada - Certidão emitida pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira, contendo a avaliação atualizada após a realização das obras de reabilitação) (iii), da alínea a), do artigo 14, do Regulamento 713/2020, de 27 de agosto).

3. Código de acesso a Certidão Permanente (Atualizada).

4. Planta de localização do prédio à Esc. 1/1000 ou superior.

5. Escritura de compra e venda do imóvel, nota (nº 2, do artigo 45º EBF).

6. Nota de liquidação e comprovativo de pagamento de IMT (nº 2, do artigo 45º EBF).

7. Elementos que o requerente pretenda apresentar:

7.1.

7.2.

7.3.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Município de Chaves, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

a) Contacto do Encarregado de Proteção de Dados epd@chaves.pt;

b) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;

c) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública;

d) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas;



- e) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei;
- f) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos;
- g) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-lo.

O subscritor, sob compromisso de honra e estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal caso preste falsas declarações, declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade.

PEDE DEFERIMENTO

Assinatura

Data

O Técnico de Atendimento procede à **verificação do processo**, aconselhando o requerente a não efetuar a entrega sem que o mesmo seja devidamente instruído.

NOTAS

O Técnico de Atendimento

Data

